



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Federal Delegada Katarina – PSD/SE

## **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 1.697, DE 2023**

(Apensado: PL nº 1.229/2019)

Cria linhas de crédito especiais para compra de equipamentos e tecnologias assistivas pelas pessoas com deficiência.

**Autor:** Deputado JUNINHO DO PNEU

**Relatora:** Deputada DELEGADA KATARINA

## **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 1.697, de 2023, propõe a criação de linhas de crédito especiais para compra de equipamentos e de tecnologias assistivas pelas pessoas com deficiência.

Nesse sentido, a proposta obriga as instituições financeiras públicas e privadas a oferecerem linhas de crédito com condições diferenciadas para as pessoas com deficiência, a serem definidas pelo Banco Central do Brasil, as quais deverão ter ampla divulgação.

O projeto estabelece que, para ter acesso às linhas de crédito especiais, as pessoas com deficiência deverão comprovar a sua condição por meio de laudo médico ou documento equivalente, proibindo que as instituições financeiras exijam garantias adicionais além das exigidas para as operações de crédito adicionais.

Por fim, o projeto dispõe que o Banco Central poderá estabelecer normas complementares sobre o assunto, e prevê a entrada em vigor da lei decorrente da aprovação do projeto na data da sua publicação.

Foi apensado ao projeto principal, o Projeto de Lei nº 1.229, de 2023, oriundo do Senado Federal, o qual propõe a alteração da Lei nº 10.735,





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Federal Delegada Katarina – PSD/SE

de 11 de setembro de 2003, para aumentar de 10 (dez) para 20 (vinte) salários mínimos a renda máxima para que a pessoa física possa obter crédito com juros subsidiados para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

Com a apensação do Projeto de Lei nº 1.229, de 2019, a matéria passou a tramitar em regime de prioridade, sujeitando-se à apreciação conclusiva das Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD); de Finanças e Tributação (CFT); e à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Nesta Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Cabe, regimentalmente, a esta Comissão manifestar-se sobre o projeto de lei em epígrafe sob a ótica do que prescreve o inciso XXIII do artigo 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

## **II - VOTO DA RELATORA**

O presente projeto de lei propõe a criação de linha de crédito direcionada para pessoas com deficiência com o objetivo de promover a inclusão financeira e autonomia dessas pessoas por meio do acesso a equipamentos de tecnologias assistivas. Com o mesmo objetivo de possibilitar o acesso ao financiamento de equipamentos e de serviços destinados a tecnologia assistivas, o projeto apensado propõe o aumento da renda máxima para que a pessoa física possa obter crédito com juros subsidiados para tais fim.

De fato, aqui nesta comissão sabemos bem dos desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência diariamente. Sabemos que existem no mercado produtos que podem melhorar, em muito, a qualidade de vida das pessoas com deficiência, promovendo a verdadeira inclusão dessas pessoas





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Delegada Katarina – PSD/SE

na sociedade, pois a inclusão não se dá apenas pelo reconhecimento de direitos. A inclusão tem uma dimensão prática, que é a da viabilização da participação da pessoa com deficiência em todos os setores da nossa sociedade.

No entanto, os altos custos de determinados produtos de tecnologia assistiva são, atualmente, um grande impedimento ao acesso dessas pessoas ao cotidiano em sociedade, pois grande parte das pessoas com deficiência têm extrema dificuldade em adquirir produtos necessários para uma qualidade de vida coerente com sua deficiência.

Estudo feito por Kanikadan et al. (2019, p. 31)<sup>1</sup>, a respeito dos custos adicionais da pessoa com deficiência física no Brasil, indicou que o custo necessário para que uma pessoa com deficiência possa ter uma qualidade de vida compatível com a sua deficiência é bastante alto:

“Os resultados da pesquisa demonstraram que há um custo adicional para as PcD em todos os perfis estudados. Há risco de empobrecimento, porque esses custos absorvem a renda da PcD e de sua família; fica muito claro que, em casos extremos, como o do perfil 4 da deficiência física, o custo pode ultrapassar em várias vezes (14) a renda total das famílias. Mesmo para as famílias com rendimento total maior, superior a 10 SM, o custo pode absorver mais do que 100% da sua renda. Esse é um sacrifício da renda, porque a família não pode gastar em outros bens e serviços e tem que reduzir seu padrão de vida. A renda disponível pode ser, assim, insuficiente para satisfazer as necessidades dessas famílias. Fica claro que existe a necessidade de políticas públicas para dar suporte a essas famílias, provendo os serviços e equipamentos necessários ou por meio de benefícios financeiros.”

Além disso, grande parte das tecnologias assistivas tem alto valor, não sendo sequer elegíveis para financiamento, dada a limitação atual da renda máxima de dez salários mínimos, a qual não corresponde mais aos preços considerado na legislação de 2003.

1 KANIKADAN et al., Custos adicionais da pessoa com deficiência física – São Paulo e Brasil. Revista J Bras Econ Saúde, 2019, v. 11, n.1, p. 26-33. Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/07/1005626/jbes-111-art-04.pdf>>. Acesso em: nov/2023.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Delegada Katarina – PSD/SE

Assim, considerando a clara necessidade de promoção do acesso das pessoas com deficiência aos produtos de tecnologia assistiva, somos favoráveis à **APROVAÇÃO** dos Projetos de Lei nº 1.697, de 2023, e nº 1.229, de 2019, na forma do Substitutivo que apresentamos.

Sala da Comissão, em 21 de novembro de 2023.

**Deputada Federal DELEGADA KATARINA**  
**Relatora**

Apresentação: 21/11/2023 16:51:24.630 - CPD  
PRL 1 CPD => PL 1697/2023

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236005481800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegada Katarina





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Federal Delegada Katarina – PSD/SE

## **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.697, DE 2023**

Cria linhas de crédito especiais para a compra de equipamentos e de tecnologias assistivas pelas pessoas com deficiência; e altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, para aumentar de 10 (dez) para 20 (vinte) salários mínimos a renda máxima para que pessoas físicas possam obter crédito com juros subsidiados para adquirir bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei cria linhas de crédito especiais para a compra de equipamentos e tecnologias assistivas pelas pessoas com deficiência; e altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, para aumentar de 10 (dez) para 20 (vinte) salários mínimos a renda máxima para que pessoas físicas possam obter crédito com juros subsidiados para adquirir bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência

Art. 2º Fica criado programa de linhas de crédito especiais para pessoas com deficiência, com o objetivo de promover a inclusão financeira e a autonomia dessas pessoas através da compra de equipamentos específicos.

Art. 3º As instituições financeiras públicas e privadas serão obrigadas a oferecer linhas de crédito com condições diferenciadas para pessoas com deficiência.

§ 1º As condições diferenciadas serão definidas pelo Banco Central do Brasil, levando em consideração as particularidades das pessoas com deficiência e suas necessidades financeiras.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Delegada Katarina – PSD/SE

§ 2º As linhas de crédito especiais deverão ser divulgadas amplamente, de forma a garantir o acesso das pessoas com deficiência a esses benefícios.

Art. 4º As linhas de crédito especiais serão destinadas exclusivamente para a aquisição de bens ou serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

Art. 5º Para ter acesso às linhas de crédito especiais, as pessoas com deficiência deverão comprovar a sua condição, por meio de laudo médico ou documento equivalente.

§ 1º O documento comprobatório poderá ser expedido por médico do SUS, ou por profissional de saúde devidamente habilitado, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º As instituições financeiras não poderão exigir garantias reais adicionais, além das exigidas para as operações de crédito convencionais.

Art. 6º O Banco Central do Brasil poderá estabelecer outras normas complementares para a operacionalização das linhas de crédito especiais, de forma a garantir a efetividade da presente lei.

Art. 7º O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

.....  
Parágrafo único. Fica autorizada a utilização de 60% (sessenta por cento) do montante dos recursos de que trata o **caput** para operações de crédito em que sejam tomadores de recursos pessoas físicas com renda mensal de até 10 (dez) salários mínimos, e a utilização de 40% (quarenta por cento) do montante dos recursos de que trata o **caput** para operações de crédito em que sejam tomadores de recursos pessoas físicas com renda mensal de até 20 (vinte) salários mínimos, desde que os valores das operações sejam direcionados





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Federal Delegada Katarina – PSD/SE

exclusivamente para adquirir bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.” (NR)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 21 de novembro de 2023.

**Deputada Federal DELEGADA KATARINA**  
**Relatora**

